



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**

**Escola Superior de Contas - ESCON**

**Conselheiro José Renato da Frota Uchôa**

**IX Encontro de Atualização Administrativa**

**17 a 26 de fevereiro de 2014**

**17 a 21 de março de 2014**

# APOSTILA

# PENSÃO



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Escola Superior de Contas - ESCON

Conselheiro José Renato da Frota Uchôa

IX Encontro de Atualização Administrativa

17 a 26 de fevereiro de 2014

17 a 21 de março de 2014

### COMPETÊNCIA:

#### Constituição Federal:

Art. 71: O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

III – apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e **pensões**, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

#### Constituição Estadual de Rondônia:

Art. 49: O controle externo, a cargo da Assembléia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete:

III – apreciar, para fins de registro, a legalidade:

b) das concessões de aposentadorias, reformas e **pensões**, ressalvadas as melhorias que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

#### Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – LC nº 154 de 26/07/96:

Art. 1º: Ao Tribunal de Contas do Estado, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição Estadual e na forma estabelecida nesta Lei Complementar:

V – apreciar, para fins de registro na forma estabelecida no Regimento Interno, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, pelos poderes estaduais e municipais, bem como a das concessões de aposentadoria, reserva remunerada, reformas e **pensões**, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão.

#### Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – Resolução Administrativa nº 005/TCERO-96:

Art. 54: O Tribunal apreciará, para fins de registro ou exame, os atos de:

II – concessão de aposentadoria, reserva remunerada, reformas e **pensões**, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório inicial.



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**

**Escola Superior de Contas - ESCON**

**Conselheiro José Renato da Frota Uchôa**

**IX Encontro de Atualização Administrativa**

**17 a 26 de fevereiro de 2014**

**17 a 21 de março de 2014**

### **DOCUMENTOS QUE DEVEM SER REMETIDOS AO TCE/RO**

Art. 29 da IN n. 13/TCER-2004: O procedimento para fins de registro do ato de concessão de pensão por morte de servidor público ou de militar estadual será iniciado com abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, a ser encaminhado pela Unidade Administrativa ao Tribunal de Contas, contendo obrigatoriamente os seguintes documentos e informações:

- I – requerimento do beneficiário;
- II – cópia da certidão de óbito;
- III – cópia da ficha de assentamentos funcionais;
- IV – documento contendo relação nominal dos beneficiários com indicação do grau de parentesco, assinado pelo servidor ou militar;
- V - cópia do documento comprobatório da relação de parentesco do requerente com o instituidor da pensão;
- VI - cópia do ato concessório, constando sua fundamentação legal, nome do instituidor e dos beneficiários da pensão, com a indicação do grau de parentesco, data do óbito, cargo, data da vigência do benefício e, indicação da cota-parte correspondente a cada beneficiário;
- VII - cópia da publicação do ato concessório;
- VIII - planilha de pensão, elaborada conforme formulário - anexos TC-35 ou TC-36;
- IX - cópia do contracheque ou ficha financeira da última remuneração percebida pelo servidor civil ou militar;
- X – declaração de dependência econômica, se for o caso;
- XI – informação do órgão de origem sobre a condição de ativo ou inativo na data do falecimento e, se com proventos integrais e proporcionais;
- XII – comprovação de guarda ou tutela quando se tratar de menor.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Escola Superior de Contas - ESCON

Conselheiro José Renato da Frota Uchôa  
IX Encontro de Atualização Administrativa

17 a 26 de fevereiro de 2014

17 a 21 de março de 2014

### **PRAZO PARA A REMESSA DA DOCUMENTAÇÃO E RITO SUMÁRIO**

Art. 37 da IN n. 13TCER-2004: Os processos relativos à concessão de Aposentadoria, reserva remunerada, reforma e pensão, de que tratam os artigos 26, 27, 28, 29 e 30 desta Instrução Normativa, deverão ser encaminhados ao Tribunal de Contas, no prazo de dez (10) dias, contados da publicação do ato concessório no Diário Oficial.

A IN n. 38/2013/TCE-RO, acrescentou dispositivo à IN nº 13/TCER-2004 (art. 37 – A), para fim de adoção do exame sumário relativo a processos de aposentadoria, reforma e pensão.

#### **INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 38/2013/TCE-RO**

Acrescenta dispositivo à Instrução Normativa n. 13/TCER-2004, para fim de adoção de exame sumário relativo a processos de aposentadoria, reforma e pensão, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IX do artigo 1º da Lei Complementar n. 154, de 26 de julho de 1996, c/c a alínea “a”, inciso II, do art. 173 do Regimento Interno do Tribunal de Contas;

**CONSIDERANDO** a necessidade de otimizar esforços dos órgãos de fiscalização e controle, com vistas a conferir maior efetividade às suas ações;

**CONSIDERANDO** a necessidade de implementar forma seletiva de fiscalização e controle, segundo os critérios de risco, materialidade e relevância; e

**CONSIDERANDO** os princípios constitucionais da duração razoável do processo (art. 5º, LXXVIII) e da eficiência administrativa (art. 37, “caput”), que implicam na necessidade de tornar mais céleres, efetivos e seguros os procedimentos relacionados às atribuições fiscalizatórias do Tribunal de Contas,

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica acrescido o artigo 37-A à Instrução Normativa n. 13/TCER-2004, com a seguinte redação:



# **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**

**Escola Superior de Contas - ESCON**  
**Conselheiro José Renato da Frota Uchôa**  
**IX Encontro de Atualização Administrativa**  
**17 a 26 de fevereiro de 2014**  
**17 a 21 de março de 2014**

Art. 37-A. No exame de processos relativos a atos de aposentadoria, reforma e pensão, adotar-se-á o exame sumário quando verificados os seguintes requisitos:

I – o valor dos proventos, soldos ou benefícios for igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos vigentes na data do ato; e

II – o órgão de controle interno da unidade de origem se pronunciar pela legalidade do ato.

§ 1º A instrução dos processos selecionados ao exame sumário consistirá na verificação formal do atendimento ao rol dos documentos exigidos por esta Instrução Normativa.

§ 2º O exame sumário relacionado ao estoque dos processos em tramitação, até a data da entrada em vigor desta Instrução Normativa, prescinde da manifestação do órgão de controle interno.

§ 3º Após a instrução, a Secretaria-Geral de Controle Externo submeterá o feito ao Relator que, ouvido o Ministério Público de Contas, decidirá quanto à legalidade e respectivo registro, da seguinte forma:

- a) verificada a divergência entre as manifestações da Secretaria-Geral de Controle Externo e do Ministério Público de Contas, o processo será submetido a julgamento pelo órgão colegiado competente.
- b) verificada a concordância entre as manifestações da Secretaria-Geral de Controle Externo e do Ministério Público de Contas, o Relator deliberará, preferencialmente, em decisão monocrática. (AC)

**Art. 2º** Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.  
Porto Velho, 9 de dezembro de 2013.

**JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO**  
Conselheiro Presidente



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**

**Escola Superior de Contas - ESCON**

**Conselheiro José Renato da Frota Uchôa**  
**IX Encontro de Atualização Administrativa**

**17 a 26 de fevereiro de 2014**

**17 a 21 de março de 2014**

### **RESOLUÇÃO N. 037/TCE-RO/2006**

Art. 2º: Os feitos submetidos a julgamento ou apreciação do Tribunal de Contas serão protocolados e somente autuados quando acompanhados da documentação estabelecida nas normas regulamentares pertinentes.

Parágrafo único. Em caso de apresentação incompleta da documentação exigida, a Divisão de Expediente comunicará ao interessado para que no prazo de 15 (quinze) dias providencie a devida complementação, sob pena de devolução à origem e cancelamento do protocolo.



## **FALHAS FREQUENTES CONSTATADAS**

1 – Ausência da documentação exigida pela IN n. 13/TCER-2004;

2 – Ausência de Parecer do Controle Interno, em desatenção ao que preceitua o art. 55 do Regimento Interno desta Corte de Contas (Resolução Administrativa nº 005/TCER-96);

3 – Remessa intempestiva da documentação exigida pelo TCE/RO;

4 – Fundamentação legal:

- equívoco quanto à legislação infraconstitucional (citação da legislação errada ou artigos errados);
- equívoco na citação do texto constitucional (omissão da emenda constitucional pertinente ou citação da emenda errada).

O Supremo Tribunal Federal já firmou entendimento no sentido de que, em matéria previdenciária, a lei de regência é a vigente ao tempo em que reunidos os requisitos para a concessão do benefício - princípio *tempus regit actum*<sup>1</sup>.

Igualmente, o Superior Tribunal de Justiça sumulou tal entendimento:

Súmula nº 340 – A lei aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é aquela vigente na data do óbito do segurado.

O TCE/RO possui entendimento no sentido de que a “pensão deve ser concedida com fundamento na norma legal vigente à época da ocorrência do fato gerador” (Parecer Prévio nº. 40/2005-Pleno, item “b”).

**Pensão Derivada:** É a pensão derivada da aposentadoria com base na regra do direito adquirido (art. 3º, da EC nº 20/98), que tem por extensão o direito à paridade e, por força do que dispõe o art. 7º, da EC nº 41/03.

<sup>1</sup> STF, em Decisão Monocrática prolatada pela Min. Carmen Lúcia, no AI 622.815/PA, DJ de 11/02/2009. No mesmo sentido, os Recursos Extraordinários nº 416.827 e nº 415.454.

**EC n. 20/98**

Art. 3º: É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos servidores públicos e aos segurados do regime geral de previdência social, bem como aos seus dependentes, que, até a data da publicação desta Emenda, tenham cumprido os requisitos para a obtenção destes benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

**EC n. 41/03**

Art. 7º: Observado o disposto no [art. 37, XI, da Constituição Federal](#), **os** proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes pagos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em fruição na data de publicação desta Emenda, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 3º desta Emenda, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.





**5 – Proventos:**

**Fato gerador ocorrido na vigência da redação original da Constituição Federal**

- **Fundamentação Legal:** Art. 40 § 5º da Constituição Federal (redação original) c/c a lei concessória (demonstrando os artigos, incisos e alíneas correspondentes).
- **Proventos** (art. 40, §5º da CF/88, redação original): O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior.
- **Paridade:** (art. 40, § 4º da CF/88, redação originária): Os proventos de aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo, função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

**Fato gerador ocorrido na vigência da Emenda Constitucional n. 20/98**

- **Fundamentação Legal:** Art. 40 § 7º da Constituição Federal (com redação dada pela EC n. 20/98) c/c a lei concessória (demonstrando os artigos, incisos e alíneas correspondentes).
- **Proventos:** (art. 40, §7º da CF/88, com redação dada pela EC n. 20/98): Lei disporá sobre a concessão do benefício da pensão por morte, que será igual ao valor dos proventos do servidor falecido ou ao valor dos proventos a que teria direito o servidor em atividade na data de seu falecimento, observado o disposto no §3º.
- **Paridade** (art. 40, § 8º da CF/88, redação dada pela EC n. 20/98): Observado o disposto no art. 37, XI, os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**

**Escola Superior de Contas - ESCON**

**Conselheiro José Renato da Frota Uchôa**

**IX Encontro de Atualização Administrativa**

**17 a 26 de fevereiro de 2014**

**17 a 21 de março de 2014**

### **Fato gerador ocorrido na vigência da Emenda Constitucional n. 41/03**

- **Fundamentação Legal:** Art. 40 § 7º, inciso I ou II da Constituição Federal, com redação dada pela EC n. 41/03 (caso o servidor falecido seja aposentado ou tenha falecido em atividade), c/c a lei concessória (demonstrando os artigos, incisos e alíneas correspondentes).

- **Proventos:** Aplicação de redutor (Art. 40, § 7º, I ou II da CF/88, com redação dada pela EC n. 41/03): Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual:

I - ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou

II - ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

- **Sem paridade:** (Art. 40, § 8º da CF/88, com redação dada pela EC n. 41/03): É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

**OBS:** Em qualquer situação deve ser observado o que dispõe o art. 40, § 2º da CF/88 (redação dada pela EC n. 20/98): Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.



## **PAGAMENTO DA PENSÃO**

Exemplo 1:

- Valor da remuneração/proventos do servidor falecido: R\$ 2.500,00
- Valor da pensão por morte: R\$ 2.500,00

Exemplo 2:

- Valor da remuneração/proventos do servidor falecido: R\$ 5.000,00
- Valor da pensão por morte:  $(5.000,00 - 4.390,24) = \text{R\$ } 609,76$
- $609,76 \times 70\% = 426,83 + 4.390,24 = 4.817,07$